

# O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DE DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Silvia Alves dos Santos  
UEL- Universidade Estadual de Londrina  
E-mail: [sillalves@uel.br](mailto:sillalves@uel.br)

## Introdução

Nosso texto se insere num projeto maior em andamento numa universidade pública estadual do Paraná e tem como objetivo discutir o trabalho docente no contexto de desmantelamento das políticas de educação.

Segundo Paludo e Vitória (2014) o desmantelamento do modelo fordista de trabalho e a sua reorganização por meio das práticas do Toyotismo interferiu fortemente na destruição de direitos sociais outrora garantidos por meio da organização e mobilização dos trabalhadores. O modelo de acumulação flexível derivado da reestruturação do capital a partir dos anos de 1970 no Brasil, levou o Estado a um tipo de atuação de liberalização econômica, marcada fortemente por políticas neoliberais, que minimizavam a sua atuação para áreas sociais e tornava-o parceiro ativo nos mercados privados e, mais recentemente, nos mercados rentistas.

É nesse contexto que compreendemos o trabalho docente como um objeto das políticas educacionais, que se insere num campo de disputas de interesses dos mercados por estar diretamente imbricado ao funcionamento das instituições educativas. A venda de materiais pedagógicos, a formação inicial e continuada de recursos humanos, a infraestrutura de trabalho, a questão da carreira, além de outros aspectos, têm sido um nicho econômico disputado (PREVITALI; FAGIANI, 2022).

A justificativa para essa reflexão que apresentamos, se assenta na necessidade de repensar o trabalho docente diante de um movimento crescente dos processos de precarização no mundo do trabalho que, alinhado ao crescente processo de introdução de novas tecnologias digitais, tem trazido reflexos para a formação de novos quadros profissionais bem como para a atuação profissional e garantia de direitos sociais de carreira, conquistados historicamente pelos movimentos sociais e sindicais. Além disso, o interesse em discutir esse objeto no campo das políticas educacionais tem relação com a preocupação em torno dos projetos educativos em disputa na sociedade e o papel

do Estado na implementação de reformas que obstaculizam e precarizam o trabalho docente (SOUZA; GOUVEIA; TAVARES, 2013).

A metodologia para esse trabalho está organizada a partir dos pressupostos da pesquisa bibliográfica que, segundo Lima e Mioto (2007, p. 40), nos possibilita um amplo alcance de informações e auxilia na definição do quadro conceitual sobre a temática. Além disso, adotamos o método do materialismo histórico-dialético, que segundo Masson (2012) nos auxilia na compreensão do objeto a partir de relações, particularidades e detalhes que são captados a partir de uma realidade, estabelecida por conexões marcadas sob diferentes aspectos.

### **Desenvolvimento**

O debate sobre o trabalho docente no contexto de desmantelamento das políticas de educação é reflexo de um movimento mais amplo de reestruturação do capital para continuar sua dominância político-econômica e reorganizar o mundo do trabalho. No universo dessa sociabilidade contemporânea, o capital e suas leis necessitam cada vez mais de formas diferenciadas de controle do trabalho, de preferência aqueles: terceirizado e intensificado em seus compassos e técnicas (ANTUNES, 2020).

As mudanças no mundo do trabalho advindas com a introdução da microeletrônica e da informatização internalizaram as contradições inerentes ao modelo capitalista. Tais mudanças, imprimiram no cotidiano dos trabalhadores um modo de vida e produção mais competitivo para se adequarem à lógica mercantil que requer mais produtos, mais qualidade e mais envolvimento (ALVES, 2011). Esse processo, ao repercutir na educação compromete significativamente a função social do professor e seu trabalho.

As transformações ocorridas na educação pública, por meio de políticas privatistas, representam a tradução insidiosa do novo paradigma produtivo afiançado pelo atual estágio do capitalismo. Mais do que simples alterações nas políticas públicas orientadas pelo Estado reformado, as reações a essas políticas é que nos trazem preocupação, porque provocaram uma onda de reorganização da gestão do trabalho de modo geral e em específico, ao trabalho docente. Tal processo mostra-nos que os indivíduos (professores) são compelidos a tornar-se protagonistas das reformas, de modo que o sucesso ou fracasso da educação, na aprendizagem dos estudantes, nos índices de desenvolvimento da educação e mesmo nos rankings nacionais ou internacionais que o país ocupa, passam a ser contabilizados individualmente para o professor, por meio de

avaliações de desempenho que nem sempre levam em consideração as condições objetivas que esse profissional tem para a execução de um projeto educativo formador (EVANGELISTA; TRICHES, 2014).

Observa-se em tal contexto uma atuação do Estado como um avaliador preocupado com interesses rentistas, a um balcão de negócios, como bem nos lembrava Paulani (2008, p. 80):

A gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, (...) ele tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os 'negócios de Estado' da forma mais adequada possível de modo a preservar e contemplar grupos de interesse específicos.

Um exemplo dessa atuação mostra-se claramente a partir de 2017, no mandato interino de Michel Temer, a contemplar interesses de grupos político-econômicos dominantes na sociedade, aprova-se a Reforma Trabalhista através da lei n. 13.467/2017. Na sequência, no governo de Jair Bolsonaro, na mesma direção de enxugamento do Estado, executou a aprovação da Reforma da Previdência, ambas com sérias consequências para os trabalhadores. Parte dessas repercussões se assenta expressivamente no aumento da informalidade e dos contratos flexíveis e precarizados de trabalho, atingindo as escolas e as universidades.

O trabalhador ideal do ponto de vista do capital deve ser polivalente e flexível e, além disso, deve se dispor a levar o trabalho para ser realizado em sua própria casa. (...) Diferentes categorias de trabalhadores que utilizam como instrumentos de trabalho computadores portáteis, internet, telefone celular, instrumentos que podem ser transportados para casa, para locais de passeio, são cada vez mais empregados através de contratos flexíveis (NAVARRO, 2006, p. 72).

No âmbito do debate sobre a precarização do trabalho de professores, servidores públicos, estes seriam, quando possível, substituídos por contratos terceirizados e temporários, sem perspectivas de abertura de novos concursos públicos, indicando assim uma política de destruição da estabilidade no serviço público, bem como no desmantelamento dos direitos sociais trabalhistas e previdenciários conquistados ao longo da história (GALVÃO, KREIN, BIANVASCHI, TEIXEIRA, 2017).

A prática do trabalho flexibilizado ganha expressão na educação especialmente através da introdução das tecnologias digitais. Com isso, altera-se a dinâmica da gestão do trabalho, bem como as garantias de condições dignas para a sua

execução, considerando que, por meio do computador ou do celular, o professor pode estar disponível mais do que as horas previstas nos seus contratos de trabalho.

As relações de trabalho nas escolas, nas universidades, passam a operar com os mecanismos da captura da subjetividade do trabalhador (ALVES, 2011), que por sua vez, estão cada vez mais subsumidas ao *modus operandi* do capital. Já não basta a expropriação da mais valia absoluta ou relativa, a expropriação alcança o intangível, precariza e destrói o sentido do trabalho.

## **Conclusões**

Consideramos que a precarização do trabalho é uma manifestação da crise estrutural do capital, materializada em processos reformistas alinhados aos projetos privatistas e rentistas na educação pública. O enfrentamento ao desmantelamento das políticas garantidoras do direito a educação e ao trabalho implica entendermos que há necessidade de investir em melhores condições de formação inicial e continuada, condições e infraestrutura de trabalho, uma política de valorização do professor através de carreira e salários dignos, para que, motivado a desempenhar sua função social, possa contribuir para a construção de uma sociedade em que as condições de trabalho sejam mais inclusivas e humanizadas.

## **Referências**

- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017: altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm) . Acesso em: 14.06.21.
- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo. 2020.
- EVANGELISTA, O. (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.
- GALVÃO; KREIN; BIANVASCHI; TEIXEIRA;. A reforma trabalhista e seus prováveis impactos. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 35, p. 01-18, jan./jun. 2017.
- MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. Seminário de Pesquisa na região Sul. Caxias do Sul, 2012.

NAVARRO, V. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, V.(org.) **Dialética do lazer**. São Paulo, 2006.

PALUDO, C. ; VITORIA, F.B. Contribuições do materialismo histórico dialético para o entendimento da política pública na atualidade. In: CUNHA, C.; SOUSA, J.V.; SILVA, M.A. **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, Autores Associados.

PAULANI, L. Brasil delivery. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2008.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C.. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. R. Katálises. Florianópolis, v.25, n. 1, p. 156-165, jan./abr. 2022.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. Por que estudar políticas educacionais? In: SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Orgs.). **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2013. p. 13 – 20.